

Novos olhares sobre a família*



Vania Salles**

Existem produções recentes sobre a família que, ao reconhecerem seu caráter multifacetado e cambiante, estabelecem linhas interpretativas caracterizadas pela busca do que há de novo nas relações familiares contemporâneas. Estas produções traduzem-se em abordagens diferenciadas que ultrapassam os limites disciplinares da Sociologia e da Demografia.

“Não o sabem, mas o fazem.”
Marx

I

Este trabalho organiza-se em torno da idéia de que existem produções recentes sobre a família que, ao reconhecerem seu caráter multifacetado e cambiante, estabelecem linhas interpretativas caracterizadas pela busca do que há de novo nas relações familiares contemporâneas. Estas produções traduzem-se em abordagens diferenciadas que ultrapassam os limites disciplinares da Sociologia e da Demografia. Além de afirmativas, são também críticas dos enfoques que se centraram em visões unívocas da realidade familiar.

Neste artigo sustenta-se, inicialmente, que são as elaborações fundadas na perspectiva do gênero que articulam não só uma parte das discussões, como também algumas das novas propostas interpretativas. O processo de construção do gênero é visto de modo breve na segunda parte do trabalho. Sublinha-se, aí, o caráter relacional dessa construção, que se considera irreduzível ao estudo da família, uma vez que os processos formadores do gênero situam-se no âmbito da cultura macrosocialmente produzida. Enfatiza-se esta postura sem diminuir a importância da família como uma das instâncias cruciais na produção/reprodução de símbolos e

* A primeira versão deste texto foi redigida para ser apresentada em uma reunião de trabalho sobre o tema “Família e mulher” organizada pelo CIDHAL em setembro de 1990 em Cuernavaca, México.

** Professora e pesquisadora do Programa de Doutorado em Ciência Social, El Colegio de México, México.

normas que regem o dever ser feminino e masculino. Na terceira parte faz-se referências a algumas proposições que hoje imperam em diferentes enfoques da família (1).

A variabilidade dos laços fundamentais da família e as funções sociais cumpridas pela simbologia e pelos padrões organizadores do parentesco são temas constantemente estudados, de diferentes perspectivas teóricas. As mudanças nas relações familiares, refletidas também em percepções e vivências captadas por discursos alheios às Ciências Sociais – como a literatura e o cinema, por exemplo –, exigem um repensar que, além de atualizador, proponha interpretações capazes de ler os conteúdos e os sentidos dessas mudanças. Este repensar não pode ser um exercício puramente abstrato; deve, sim, nutrir-se de novas maneiras de encarar a realidade das famílias contemporâneas.

Entre os novos olhares sobre a família (2), o feminista tem hoje grande relevância, pois está inserido em um contexto que reúne a dupla atribuição de focalizar a configuração familiar de uma perspectiva crítica e propor novos temas, cobrindo um amplo espectro de problemas.

A elaboração da crítica feminista tem dependido de diversas práticas dirigidas à família (e às suas instâncias articuladoras) não apenas como instituição mas, sobretudo, como realidade vivida pelas pessoas que protagonizam as relações familiares. A conjugação destas duas dimensões confere aos estudos so-

bre a família um ingrediente adicional, pois permite fazer o ajuste entre o que é vivenciado como experiência e o que se deve teorizar e analisar. Daí a emergência de novos temas que, ao estabelecerem outras prioridades e se interessarem por sujeitos pouco estudados – como a mulher, uma protagonista central das relações familiares –, embaralham interpretações consagradas quanto aos eixos estruturais das pautas e funções da organização familiar.

A abordagem de questões antes excluídas ou insuficientemente incorporadas pelos estudos da família dá-se em paralelo com a criação de uma delimitação conceitual original.

No feminismo contemporâneo, essa delimitação conceitual deriva de colocar-se em evidência que as diferenças sexuais traduzem-se em desigualdades sociais entre homens e mulheres (em termos econômicos, políticos e outros). As reflexões sobre essas desigualdades (3) – que acompanharam a história do feminismo e atingem o pico no período mais recente – estão quase sempre vinculadas a estilos variados de militância, a formas de resistência, e encaixam-se nas preocupações teóricas relativas ao processo de construção do gênero (4) e nos esforços produzidos para captar de que modo opera este processo. Embora, como veremos mais adiante, as questões que se referem ao gênero tenham larga abrangência e possam ser tomadas como eixo fundamental de diversos aspectos da estruturação da sociedade, creio que estão

(1) A revisão bibliográfica sobre os temas tratados faz-se, basicamente, levando em conta a produção mexicana, com algumas incursões em textos europeus e norte-americanos.

(2) Para uma revisão de algumas das interpretações existentes sobre a realidade familiar, ver Salles (1992).

(3) Em Rubin (1986), De Barbieri e Oliveira (1986) e Lamas (1986) encontramos a recuperação dos principais eixos destas reflexões, que tiveram seu ápice entre 1960 e 1970.

(4) Em Lamas (1986), existe uma revisão substantiva do conceito de gênero e dos diversos saberes que o produziram, com ênfase no antropológico. Ver também Conway, Bourque e Scott (1987), que repisam os aspectos socialmente instituídos que intervêm na confirmação do masculino/feminino e remetem o tema a uma espécie de "autoridade social" que atua de forma mediadora na conformação dos gêneros, via um conjunto complexo de práticas e instituições (e, entre estas, encontramos a família, que desempenha papel crucial, mas não exclusivo).

na própria base das análises feministas da família.

Tais preocupações com a problemática do gênero estão delimitadas pelo que poderíamos chamar de falência dos grandes paradigmas teórico-interpretativos e do valor heurístico de conceitos produzidos de forma isolada por algumas disciplinas, fenômenos que são acompanhados por certo esgotamento das instâncias ordenadoras da vida social. Essa falência é percebida pelo pensamento pós-moderno em geral e está um tanto vinculada ao feminismo, sobretudo o europeu e o norte-americano. Scott (1988:120), ao referir-se às historiadoras feministas, aponta: elas "sustentavam que a investigação sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no interior de várias disciplinas".

A alusão ao esgotamento retoma a hipótese sobre o vínculo do feminismo com posturas críticas da modernidade, derivado não tanto do fato de compartilhar com estas um momento cronológico, mas, sim, de condensar um certo mal-estar proveniente (em uma de suas acepções) do descompasso entre as promessas social e culturalmente concebidas e a realidade herdada e vivida na contemporaneidade. Esta contemporaneidade, pensada nos contextos do capitalismo subdesenvolvido, torna-se muito complexa com a constatação de uma espécie de modernização inconclusa, que produz impactos diferentes sobre as vivências da modernidade e sobre as instituições subjacentes a elas. Há uma vasta reflexão sobre este assunto, que também é tratado por Habermas (1987), do ângulo mais geral do esgotamento das utopias, e por pensadoras feministas, de um ponto de vista mais amparado na crítica feminista (Flax, 1987).

Mas o ambiente que condensa um mal-estar proveniente da defasagem en-

tre promessas preteritamente formuladas e realidades presentes, mais que se refletir na família, encontra nesta uma de suas fontes. Isto se deve ao fato de que a família pode ser vista não da ótica exclusiva de suas estruturas, mas como âmbito relacional que produz interações de natureza íntima e intensas, nem sempre predefinidas pela cultura, e no qual estas se apresentam em contínuo processo de construção e confronto com os costumes instituídos.

Os ideais de justiça e igualdade constituintes dos processos de mudança social em contextos europeus, que marcaram a concepção ocidental e moderna de sociedade, ideais *ainda por alcançar*, influenciaram profundamente a configuração de várias instâncias sociais, entre estas, as de natureza familiar.

Moller Okin (1989), em *Justice, gender and true family*, a partir de uma original crítica de textos clássicos e atuais de filosofia política (5), reflete sobre a justiça e as instituições, com ênfase nas de caráter familiar. Ao fazê-lo, remete vários de seus argumentos à normatividade social, traduzida em costumes e ideologias, mas, acima de tudo, em leis que, ao favorecer e legitimar determinados tipos de relações de família e de trabalho, deixam vulnerável a mulher (e, em certos casos, filhas e filhos também), vulnerabilidade esta que se inclui no tema da iniquidade social. Esta crítica questiona justamente como funcionam os princípios de justiça e igualdade, reportando-os às diferenças sociais que permeiam os vínculos de pessoas de gêneros distintos que convivem em espaços familiares.

Kellerhals, Coenen e Modak (1987) enfatizam o âmbito familiar como espaço de interação fundador de normas de distribuição de justiça. Este fenômeno, sempre vinculado, em termos substantivos, à

(5) Entre os últimos, encontramos um interessante diálogo com John Rawls.

posição socioeconômica do grupo familiar, remete ao entrelaçamento de duas categorias – justiça/injustiça – detectáveis nos diferentes intercâmbios de idéias e de práticas simbólicas, de poder, autoridade etc. que se dão no interior da família. A distribuição da justiça é abordada em função das hierarquias existentes entre os diversos membros da família e no marco do deslocamento das relações internas ao grupo para o contexto mais amplo. Para indicar a relevância do tema, os autores tomam problemas ilustrativos que fundamentam tanto a generalidade da questão justiça/injustiça em termos sociais, como a pertinência de trazê-la de volta ao âmbito da família. Neste sentido, elaboram reflexões que recuperam algumas das grandes bandeiras do movimento feminista e que apontam para juízos de justiça: a dupla jornada de trabalho das mulheres casadas; os direitos patrimoniais desiguais entre marido/mulher/filhos; a inexistência de compensação econômica para o trabalho doméstico; a mobilidade social desigual entre marido e mulher.

Com frequência, a racionalização dos âmbitos constitutivos do social – processo que acompanha o desdobramento da concepção moderna de sociedade (6) – exige uma delimitação legal. Entre as instâncias que foram regulamentadas por leis produzidas e constantemente renovadas e ajustadas pelo Estado encontramos a família.

A legislação atual que regula as relações sociais estruturadoras da família – como, por exemplo, o matrimônio – e as leis que presidem e estabelecem os direitos do casal em estado de separação – nos casos de divórcio – têm sido objeto de um exame mais detido por parte das mulheres. Numa ótica composta pelo Di-

reito e pela Sociologia, o tema é analisado por Alberdi e Alberdi (1985: 185), que destacam, além de questões gerais que interessam à “família em conjunto e a cada um de seus membros”, a inoperância das leis em salvaguardar os direitos da mulher e da prole em situações de dissolução do matrimônio. As autoras enfatizam também questões relativas aos bens do casal e às modalidades legais e consuetudinárias, nem sempre favoráveis à mulher, que regem sua divisão. Neste sentido, teima-se no fato de que ocorre uma impregnação das ideologias patriarcais nas legislações atuais (7).

As anotações acima permitem considerar a coexistência de costumes sociais que se cristalizaram em códigos e instituições e de práticas e vivências emergentes que ainda não conseguem se impor. Essa coexistência, manifesta em termos da família, gera inquietações e incertezas, pois muitos dos problemas advindos da vida familiar apresentam contradições com o estabelecido (com o institucionalizado).

Além disso, a coexistência de grande variedade de modelos familiares, ordenados segundo estilos de vida e práticas diferentes, umas vinculadas a visões tradicionais, outras produtoras de transformações, junta atributos ao que foi dito sobre o mal-estar, já que as famílias não têm existência isolada e sobrevivem melhor por meio do estabelecimento de redes, tecidas com outras famílias e parentes, mas, em todos os casos, contextualizadas por comunidades, tomadas em seu mais amplo sentido (8). E é no âmbito coletivamente constituído, ou seja, a comunidade, que se ajustam, mediante complexo jogo de espelhos que provoca a emergência de um elenco de mal-esta-

(6) Para idéias adicionais sobre este aspecto, que recuperam brevemente formulações weberianas, ver Salles (1992).

(7) O estudo circunscreve-se ao exame do caso espanhol, que, não obstante, informa sobre situações presentes e vigentes em vários outros contextos.

(8) O termo “comunidade” aqui utilizado tem o matiz atribuído por Michel Mafessoli em diversas partes de sua obra.

res, os arranjos portadores da tradição e as configurações portadoras das transformações (9).

Em uma reflexão fundamental sobre o contexto europeu em períodos de transição ao capitalismo, Horkheimer (1977:53) insiste na existência de uma espécie de assincronia entre as mudanças na família (que se caracterizavam por serem lentas) e as mudanças em outras instâncias constitutivas da sociedade. Enquanto as transformações nestas últimas centraram-se na busca da racionalidade, do cálculo e do mercado para ordenar a oferta e a demanda, grande parte das famílias continuou a se organizar em moldes predominantemente feudais. A propósito, o autor afirma: "As crianças, para as quais o mundo foi verdadeiro cárcere durante toda a Idade Média, permaneceram submetidas à escravidão durante o século XIX. Quando se completou a separação entre o Estado e a sociedade, entre a vida política e a privada, continuou subsistindo no lar a dependência pessoal direta." Tal defasagem, que espelha os ritmos e tempos desiguais das transformações sociais, pode ser lida como outra forma de manifestação do mal-estar.

O tema do mal-estar, tratado por Freud (1980) de forma original e a partir de uma acepção diferente das anteriores, chama exatamente a atenção para a força que aquilo que é instituído – a cultura, neste caso – tem sobre a formação das pessoas e de seus processos de identificação. Ao estabelecer elementos que permitem posteriores articulações entre os fatos macrossociais e as relações imediatamente incidentes na formação dos indivíduos em termos de sua constituição profunda (como o são as relações que ocorrem nas instâncias familiares), a contribuição de Freud representa um antecede-

dente crucial para pensar a questão da família como uma das fontes do mal-estar. E isto não porque a reflexão freudiana seja redutível às relações familiares ou à cultura. Creio que é justamente sua irreducibilidade a estes fenômenos que permite visualizar os aspectos críticos da relação família/cultura e, por conseguinte, as mudanças nos processos de formação de identidades, delimitando-os dentro da problemática da diferença dos sexos. De fato, foi a atenção superficial (se não inexistente) dedicada a este último aspecto que produziu, no interior do feminismo, as versões culturalistas sobre o gênero e também as perspectivas essencialistas sobre a feminidade (sobre a feminidade, ver Serret, 1990).

Nestes limites complexamente tecidos pela Psicanálise, abre-se um espaço para pensar, de um ponto de vista sociológico, o gênero (que é macrossocialmente programado mas não pode ser entendido apenas a partir da macrossocialidade) e suas funções organizadoras das relações familiares e da sexualidade de mulheres e homens, já que as questões relativas ao gênero, apesar de cobrirem espectro mais amplo (10), estão vinculadas às diferenças entre os sexos e aos conteúdos que a cultura confere a estas diferenças. Frida Saal (1981:11), em sua reflexão sobre a perspectiva de Freud, assinala que "o tema da diferença dos sexos ocupa um lugar central, embora nem sempre reconhecido e valorizado, entre as causas do mal-estar na cultura".

II

As questões relativas ao gênero – tomado como construção real da prática

(9) Sobre estes fenômenos – vinculados às posições adotadas diante de diferentes modos de viver – incidem, de maneira importante, âmbitos socializadores específicos, como a escola e os modernos meios de comunicação de massa. Estes últimos "entram" na casa e divulgam ideologias que, por vezes, provocam conflitos com pautas prévias de ordenação do núcleo familiar (ver Bustos, 1988).

(10) Ver, a propósito, Scott (1988) e Conway, Bourque e Scott (1987).

de convivência humana e de estruturação de instâncias sociais básicas, e não como ótica de análise – são tão antigas como a humanidade. As formas que operam nesse processo de construção, além de poderem ser visualizadas a partir da história e em sua diacronia, podem ser observadas em suas diferenças simultaneamente produzidas em determinado período.

Isto fica evidente se pensarmos, hoje em dia, nos contextos inspirados pela concepção moderna e ocidental de cultura em contraposição a outros, que têm sido irredutíveis a tais concepções, como os contextos árabes, por exemplo. Gail Rubin (1986), ao enfatizar a universalidade do sistema de gênero, repisa a sua grande variabilidade em termos comparativos, embora, em cada contexto específico, este sistema e as categorias que o expressam sejam ideologicamente tomados como invariáveis (ou dificilmente alteráveis).

A antiguidade da questão não impediu que sua importância social caísse no esquecimento e que muitas reflexões sobre a constituição da sociedade fossem feitas sem referência ao gênero, que, ao mesmo tempo em que amarra e une as relações humanas, funciona como critério diferenciador entre o masculino e o feminino. A relação entre os gêneros masculino e feminino, por basear-se em criações de símbolos que registram o vínculo e também as diferenças envolvidas nessa relação, tem um matiz enigmático, porque se refere a dimensões tanto materiais como simbólicas.

Mais que ligações e diferenciações entre as percepções subjetivamente elaboradas e manifestas em condutas, as práticas firmadas em torno do gênero

também logram outras objetivações fundamentais que se materializam num conjunto-chave de instituições, dentre as quais se destacam (como se mencionou) a família e as relações de parentesco. Mas isto não quer dizer que o gênero possa ser esclarecido exclusivamente a partir da família ou das relações de parentesco, pois é aquele que estrutura estas (11).

Neste último sentido, a produção de novas gerações (que costuma ocorrer nos espaços familiares, embora não se restrinja a estes), entendida como acontecimento que vai além da reposição biológica e da socialização em seus aspectos intencionais, implica processos de formação de identidades, e entre estas encontramos a de gênero, adquirida em períodos precoces da infância e reforçada em outras etapas da vida por meio da escola, dos grupos de amigos e sob a influência dos meios de comunicação de massa (e de outros tipos de comunicação que não é de massa). As identidades de gênero ligadas ao homossexualismo também se formam nos processos precoces e se inscrevem no panorama das identidades profundas, constituídas pela convivência com o pai e a mãe, em suas modalidades reais e simbólicas, ou pela relação com protagonistas alternativos (que também podem ser reais ou simbólicos) que desempenhem suas funções. Daí as relações familiares estruturadas pelo gênero funcionarem também como instâncias estruturadoras e, por isso mesmo, reprodutoras do gênero. Ou seja: o gênero estrutura a família e a família reproduz o gênero (12).

Por esta razão, as relações familiares, que têm como um de seus fatos originários, embora não exclusivo, o de

(11) Com efeito, é o gênero que organiza as relações do casal (que também se baseiam nas diferenças entre os sexos) e deste com a prole procriada, e neste último aspecto incide sobre as formas que a convivência intergeracional adota. Sobre as posturas juvenis na contemporaneidade, ver Valenzuela (1991); sobre as relações do casal, ver Arizpe (1989).

(12) É evidente, segundo os argumentos anteriores, que disto se ocupam ainda outros espaços de interação.

que se põem em relação pessoas de sexos diferentes, estão ineludivelmente ligadas àquilo que uma sociedade elabora como normas de convivência entre os sexos e como símbolos que atribuem – pela via da construção do gênero – o que consta do ser homem e do ser mulher.

Mas esta ligação com o que uma sociedade elabora como normas e símbolos deve ser entendida como relação dialógica, pois também os comportamentos familiares, cotidianamente vividos (que recebem variáveis graus de legitimação social), produzem novos hábitos e novos costumes que funcionam como fatores de transformação das normas e símbolos socialmente criados.

Para criticar as visões que restringem a construção do gênero a âmbitos reduzidos, Scott (1988:35) propõe uma ampliação das realidades sociais que intervêm no processo. Uma de suas objeções é que algumas teorias psicanalíticas, psicológicas e outras, ao tornarem a construção do gênero (e a gênese de sua mudança) dependente de âmbitos de interação relativamente restritos, reduzem e isolam este processo, despojando-o das múltiplas influências que o determinam. A autora indica a necessidade de ampliar a complexa questão da formação do gênero até outras esferas distintas da família e da experiência doméstica, permitindo a sua vinculação a outros sistemas socioeconômicos, políticos ou de poder. Exatamente porque a estrutura da organização familiar é influenciada pelos imperativos sociais que determinam a divisão sexual do trabalho (o que acarreta que os pais saiam para trabalhar e que as mães se desincumbam da criação dos filhos), as relações que ocorrem em seu interior são ininteligíveis sem a ampliação dos campos de observação. Esta ampliação implica apropriar-se analiticamente dos sistemas simbólicos macrossocialmente criados, ou seja, das modalidades pelas quais as sociedades representam o gênero. Estas modalidades são eixos ar-

ticuladores das relações sociais em geral e, dentre estas, das relações de poder entre os gêneros.

Scott (1988:136), com efeito, propõe uma crítica às visões que limitam o conceito de gênero à estrutura da família e à experiência cotidiana. Reitera que esta maneira de focalizar o gênero, delimitando o uso da categoria ao sistema de parentesco – procedimento encontrado com frequência entre os antropólogos –, reduz a importância de se elaborar uma visão mais ampla. Esta visão, quando se refere a sociedades complexas como as modernas, deve incluir, além dos sistemas de família e parentesco, o mercado de trabalho, “pois um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção do gênero”. A educação e as instituições que a ministram são, do mesmo modo, contextos formadores do gênero, nos quais também opera o sistema político, pois “o sufrágio masculino universal faz parte do processo de construção do gênero” (Scott, 1988:142). Sem negar a importância das estruturas de interação relativamente pequenas na construção do gênero, resta a ênfase posta na necessidade de visualizá-lo de uma perspectiva que permita, no caso das sociedades complexas, a inclusão “da economia e da organização política, que operam [...] de maneira independente do parentesco”.

A ótica proposta apóia justamente a idéia antes formulada de que a construção do gênero origina-se de (e, ao mesmo tempo, abrange) um amplo espectro de instâncias e que, por isso, são importantes as abordagens tanto de instâncias organizadas por ações de natureza íntima e privada, quanto daquelas organizadas em espaços da macrossocialidade. A questão assenta, então, sobre problemas metodológicos que permitam ver os vínculos entre diferentes dimensões, cujos entrelaçamentos se apresentam como mediações.

III

As novas teorizações sobre a família (e, entre estas, a feminista) são herdeiras de incontável número de proposições previamente elaboradas, das quais se apropriam de modo extremamente crítico. Em seu exame das relações familiares, privilegia-se a incidência de símbolos e culturas sobre a situação/posição dos protagonistas da vida familiar.

Além do interesse pelo gênero (tomado como relação social), especial atenção é igualmente dedicada às relações intergeracionais, superando-se, assim, as análises anteriores, ligadas de modo neutro aos ciclos familiares e à sucessão de gerações, pela imposição do resgate da natureza de tais relações.

As últimas indicações aludem ao fato de que as famílias devem ser tomadas como espaços de convivência nos quais se produzem relações privadas e de caráter íntimo (13) que, não obstante, são ininteligíveis se isoladas da interação social em seu sentido amplo. Os estudos feministas puseram ênfase neste aspecto, destacando o caráter político inerente a esta interação que, ao influir sobre as relações íntimas e privadas, "transmite-lhes" este atributo. Sua importância ficou cristalizada na conhecida afirmação: "o privado é político" (14).

As pessoas que constituem um lar (concebido como espaço ocupado por indivíduos de diferentes gêneros e gerações, que guardam entre si vínculos de parentesco) (15) transformam-no num ambiente que produz *normas* para a convivência, dentre as quais se acham as de

consenso e conflito (Oliveira e Salles, 1991). Neste sentido, as relações familiares podem ser tomadas como produtoras de cultura, entendida numa acepção sem rigor e que se refere justamente às normas que regem a convivência íntima e as modalidades que a vida familiar adota. Esta produção de cultura no âmbito restrito da família está inserida em um contexto macrossocial que tende a normatizar as relações familiares, criando modelos e estruturas fixadas em certos traços básicos que se reproduzem de forma recorrente. Os traços básicos que se reproduzem são governados por ordens simbólicas macrossocialmente elaboradas e legitimadas e são históricos.

Seria equivocado, porém, afirmar que os modelos e estruturas familiares apresentam-se de modo unívoco e em forma seqüencial (ou seja, em etapas sucessivas); o que se observa, na realidade, é que surgem de forma simultânea, embora alguns modelos sejam hegemônicos. Desta maneira, há situações — como a mexicana, por exemplo — em que modalidades de família extensa convivem tanto com a família nuclear como com as famílias monoparentais, articuladas em torno da figura de um dos membros do casal (a mãe, em geral) e sua prole. Formas patriarcais, no que têm de esquemas de autoridade, coexistem com diferentes arranjos familiares nos quais a produção/distribuição de poder não é tão concentrada em torno do "patriarca" (Leñero, 1976; Salles, 1992).

Com respeito aos argumentos anteriores, é muito importante a reflexão feminista, que insiste no caráter não-monolítico

(13) Estas relações privadas e de caráter íntimo ultrapassem as pautas conscientes e enraizem-se nas de caráter inconsciente (situação que foi e continua sendo enfatizada pelos psicanalistas quando estudam a família; ver Saal, 1986), que funcionam como atributos escondidos da convivência familiar e como eixo estruturador das identidades que lá se geram, inclusive a identidade de gênero (ver Salles, 1993).

(14) Mas este tipo de política, que torna conflitantes ou consensuais situações no interior de pequenos grupos, também não está livre de provocar impactos sobre âmbitos de natureza mais abrangente, e de alterá-los.

(15) A definição de lar, em sua conotação ampla, compreende também a convivência de pessoas que não mantêm laços de parentesco entre si e, da mesma forma, o espaço habitado por pessoas sozinhas ou por casais sem filhos.

co da família (Thorne e Yalom, 1982), destacando sua natureza multifacetada e irreduzível a uma visão homogeneizadora. Thorne e Yalom (1982:2), com efeito, enfatizam a desmistificação operada pelo feminismo do caráter monolítico da família, que se apóia exatamente na glorificação da família nuclear, tomada como "a única forma familiar natural e legítima". Afirmam, mais ainda, que "as feministas desafiaram as crenças ao argumentarem que nenhum arranjo familiar específico é natural, biológico ou funcional se está situado fora dos limites temporais".

Collier, Rosaldo e Yanagisako (1982:40), ao criticarem algumas afirmações de Malinowski sobre a família nuclear e seu caráter de instituição universal, desencadeiam uma discussão que repensa as suas funções, enfatizando a natureza cultural e, portanto, variável das necessidades humanas. Sua contribuição vai além da crítica às ênfases biológicas e naturais incluídas na definição da família humana, pois serve para questionar os princípios que regem a divisão sexual do trabalho articulada em torno de critérios naturais (16).

O esforço para separar os modelos familiares e o parentesco em geral dos determinantes biológicos implica uma reviravolta analítica que não é exclusiva do feminismo contemporâneo e que, de fato, o antecede. Lacan (1984:120), por exemplo, caracterizou a família como um fato biológico que é inteligível em si, isolado da produção de "relações sociais", de "comportamentos de adaptação variados e de cultura". É a cultura que "introduz uma nova dimensão na realidade social e na vida psíquica. É esta dimensão que dá especificidade à família humana".

Encontramos outro antecedente importante na contribuição de Lévi-Strauss (1968:48), quando sustenta que, "sem

dúvida, a família biológica está presente e prolonga-se na sociedade humana. Mas o que confere ao parentesco seu caráter de fato social não é dado pelo que ele conserva da natureza, mas, sim, pelo movimento essencial que separa o parentesco da natureza."

O trabalho de examinar o que já foi dito (e o que já foi estudado sob óticas diferentes) acompanha, nas análises mais recentes da família, uma renovação teórica/metodológica (já mencionada) e uma renovação temática.

Alguns exemplos pontuais da renovação temática são constituídos pelos estudos sobre a natureza da convivência familiar e o interesse em deslindar aspectos subjacentes às relações dos cônjuges entre si e deles com sua prole. Nestes limites, ganha visibilidade a violência familiar, que, apesar de ter uma de suas fontes na subordinação da mulher, representa casos que são, além de extremos, muito generalizados na atualidade.

Ocorre, da mesma forma, uma reviravolta conceitual, pois a percepção das relações familiares deixa de privilegiar o enfoque dos papéis domésticos para acentuar questões relativas aos processos de identificação e de formação de identidades (entre estas, as de natureza profunda) que estruturam as personalidades das pessoas. Neste sentido, as ações de violência física desenvolvidas no âmbito das relações familiares são vistas não nos limites dos papéis (socialmente atribuídos e individualmente aceitos ou recusados e os desvios diante deles), mas como patologias relacionais.

As análises sobre as funções simbólicas diferenciadas conferidas à maternidade e à paternidade detectam algumas formas em que opera a mística da feminidade no sentido de reduzir a condição da mulher à reprodução e aos traba-

(16) O deslocamento proposto pelas autoras, que atribui aos arranjos e às funções familiares o caráter de produtos culturais, proporciona elementos para esclarecer aquilo que poderíamos chamar o peso da "segunda natureza" sobre a construção das desigualdades entre os gêneros masculino e feminino.

lhos para a criação da prole. As novas formulações sobre a vida familiar, ao dar visibilidade a esta situação com estudos sociodemográficos e históricos, também chamam a atenção sobre a paternidade e as mudanças contemporâneas experimentadas pelos homens-esposos-pais de família. Dentre vários elementos, destacam-se os condicionamentos sociais, econômicos, políticos e culturais que influem na condição/posição dos homens e o desdobramento de sua situação de pais.

As reelaborações sobre o público e o privado, que encontram antecedentes originais nas contribuições de Hannah Arendt, também questionam as pautas analíticas que orientaram os estudos sobre o trabalho doméstico.

As investigações atuais relativas ao trabalho feminino em geral são importantes e ocupam-se também de suas consequências não-econômicas. Como exemplo, há as preocupações com a entrada da mulher no mercado de trabalho, seus impactos sobre as relações familiares e sobre a formação cultural de mulheres

adultas e jovens sob a lógica da ampliação das redes de relação até ambientes extradomésticos.

Tem merecido interesse o exame de novas pautas reguladoras da moral sexual e as instituições que intervêm na dinâmica familiar (matrimônios, divórcios etc.) e nas práticas reprodutivas, inclusive as argumentações relativas a métodos anticoncepcionais e a problemas éticos e políticos que impedem a legalização do aborto.

Esta argumentação é construída a partir de múltiplos espaços. Além da produção das Ciências Sociais, existe um conjunto importante de obras cinematográficas e literárias (de dramaturgia, em especial) que lançam novos olhares sobre a família e sobre os protagonistas da vida familiar: mulheres, homens e sua prole. E, ao fazê-lo, acentuam tanto os aspectos solidários e de convivência harmoniosa como os aspectos críticos das relações familiares contemporâneas.

(traduzido do espanhol por
Frank Roy C. Ferreira)

Referências bibliográficas

- ALBERDI, Cristina e ALBERDI, Inés. "La institución matrimonial: su lugar en la constelación familiar. Aspectos jurídicos y sociales del divorcio". In: CONDE, Rosa (org.), *Familia y cambio social en España*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1985.
- ANDERSON, Michael (org.). *Sociología de la familia*. México, Fondo de Cultura Económica, 1980.
- ARIZPE, Lourdes. *Cultura y desarrollo: una etnografía de las creencias*. México, El Colegio de México/UNAM/Porrúa, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinción, critique sociale du jugement*. Paris, Les Editions du Minuit, 1979.
- BUSTOS, Olga. "Socialización, papeles de género e imagen de la mujer en los medios masivos: ¿quienes perciben los estereotipos difundidos?". In: SALLES, Vania e McPHAIL, Elsie (orgs.), *La investigación sobre la mujer: informes de sus primeras versiones*, México, PIEWEI Colegio de México, 1988.
- COLLIER, Jane; ROSALDO, Michelle e YANAGISAKO, Sylvia. "Is there a family? New anthropological views". In: THORNE, Barrie e YALOM, Marilyn (eds.), *Rethinking the family: some feminist questions*, Nova York/Londres, Longman, 1982.
- CONWAY, Jill; BOURQUE, Susan e SCOTT, Joan. "The concept of gender". *Daedalus*, Massachusetts, n. 4, 1987.

- DE BARBIERI, Teresita e OLIVEIRA, Orlandina de. "Espacios femeninos y el movimiento feminista". *Nueva Antropología*, México, n. 30, 1986.
- FLAX, Jane. "Postmodernism in gender relations in feminist theory". *Signs*, n. 4, 1987.
- FREUD, Sigmund. *El malestar en la cultura*. México, Fondo de Cultura Económica, 1980.
- GARCÍA, Brígida; MUÑOZ, Humberto e OLIVEIRA, Orlandina de. *Hogares y trabajadores*. México, El Colegio de México, 1980.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Las culturas populares en el capitalismo*. México, Nueva Imagem, 1986.
- HABERMAS, Jürgen. "A nova intransparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas". *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, n. 18, set. 1987.
- HORKHEIMER, Max. "La familia y el autoritarismo". In: FROMM, E. *et al.*, *La familia*, Barcelona, Península, 1977.
- KELLERHALS, Jean *et al.* "Les sociologues face aux mutations de la famille". *L'Année Sociologique*, Paris, n. 37, 1987.
- LACAN, Jacques. *Les complexes familiaux*. Dijon, Navarin, 1984 (Bibliothèque des Analytica).
- LAMAS, Martha. "La antropología feminista y la categoría de género". *Nueva Antropología*, México, n. 30, 1986.
- LEÑERO, Luis. *La familia*. México, ANUIES, 1976.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropología estructural*. Buenos Aires, Eudeba, 1968.
- MOLLER OKIN, Susan. *Justice, gender and true family*. Nova York, Basic Books, 1989.
- OLIVEIRA, Orlandina de e SALLES, Vania. "Reprodução social e reprodução da força de trabalho". *Cademo CRH*, Salvador, CRH-UFBA, n. 14, jan.-jun., 1991, pp.7-30.
- PITROU, Agnes. "Travail féminin et institution familiale". *Colloque de la Société Française de Sociologie*, Nantes, 1980.
- RUBÍN, Gail. "El tráfico de mujeres: notas sobre la economía política del sexo". *Nueva Antropología*, México, n. 30, 1986.
- SAAL, Frida. "Consecuencias políticas de la diferencia psíquica entre los sexos". In: BRAUNSTEIN (comp.), *A medio siglo de El malestar en la cultura de Freud*, México, Siglo XXI, 1981.
- _____. "La familia". *Tinta Fresca*, México, n. 1, 1986.
- SALLES, Vania. "Quando falamos de família, de que família estamos falando?". *Cademo CRH*, Salvador, CRH-UFBA, n. 17, jul.-dez., 1992.
- _____. "Las familias, las identidades, las culturas". In: VALENZUELA, José Manuel (comp.), *Decadencia y auge de las identidades*, Tijuana, El Colegio de la Frontera Norte, 1993.
- SCOTT, Joan. "Genre: une catégorie utile d'analyse historique". *Les Cahiers du Griff*, Paris, Tierce, n. 37, 1988 (Le genre dans l'histoire).
- SERRET, Estela. "La subjetividad femenina en la cultura occidental moderna". *Sociológica*, México, UNAM/Azcapotzalco, n. 14, 1990.
- TARRÉS, M. Luisa. "Acción social y política de la mujer de clase media". In: SALLES, Vania e McPHAIL, Elsie (orgs.), *Textos y pretextos: once estudios sobre la mujer*, México, PIEMEI Colegio de México, 1991.
- THORNE, Barrie e YALOM, Marilyn (eds.). *Rethinking the family: some feminist questions*. Nova York/Londres, Longman, 1982.
- VALENZUELA, José Manuel. "La posmodernidad y los jóvenes". México, El Colegio de la Frontera Norte, mimeo, 1991.

RESUMO – Novos olhares sobre a família. O artigo repensa a instituição família, destacando que as relações sociais de natureza familiar são produtoras de práticas e símbolos que passam por processos diversos de legitimação cultural cuja natureza varia de sociedade para sociedade. Dá ênfase à contribuição do pensamento feminista e

valoriza a experiência das mulheres na proposição de mudanças nas pautas e nas formas de convivência que regem a vida familiar. Faz uma breve revisão crítica de um conjunto de "olhares" e propostas analíticas sobre o tema, indicando a existência de uma distância entre o pensamento feminista e o conhecimento derivado de enfoques hegemônicos de construção da realidade. Neste contexto, argumenta que nos novos estudos sobre a família observa-se a preocupação de entender a situação da mulher e as relações entre gênero e geração.

ABSTRACT – A new look at the family. *This article takes a new look at the institution of the family. It highlights the fact that social relations, by nature familial, produce practices and symbols that pass through various processes of a cultural legitimacy whose nature varies from one society to another. It emphasizes the contribution made by feminist thinking and it gives special importance to the experience of women in the proposition of changing agendas and in the types of cohabitation which are prevalent in family life. It makes a brief critical review of a set of "views" and analytical propositions concerning the theme, indicating the existence of a gap between feminist thinking and knowledge derived from focusing on hegemony in the construction of reality. Within this context, it argues that the new studies about the family are concerned about understanding the situation of the woman and the relationship between gender and generation.*